

O JORNAL DO COMMERCIO E A EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX¹

Marli Delmônico de Araújo Futata - PPE/UEM

5 - Historiografia da Educação Brasileira

É um estudo sobre a educação brasileira no século XIX a partir dos artigos veiculados pelo *Jornal do Commercio*. A publicação em questão contou com a colaboração das mais importantes personalidades brasileiras do Primeiro e do Segundo Império as quais registraram em suas páginas a sua interpretação da realidade em que viveram. Trata-se de uma investigação de cunho bibliográfico e utiliza como fontes primárias a coleção microfilmada dos artigos publicados no *Jornal do Comércio* de 1827 a 1850 e como fontes secundárias os escritos de autores dos séculos XIX e XX que versaram sobre a temática ou o período delimitado para o presente estudo.

A partir da última década do século XX, houve um aumento gradativo no interesse pela sistematização de informações sobre periódicos educacionais por parte dos historiadores da educação em diferentes países². Estes estudiosos, empenhados em levantar instrumentos que pudessem fornecer novos subsídios para as suas pesquisas, voltaram a atenção para os periódicos especializados em educação e ensino.

O *Jornal do Commercio* não é um periódico deste tipo, entretanto nele está inscrito grande parte da história do país. Fundado pelo francês Pierre Plancher, é o mais antigo³ jornal de edição diária ininterrupta na América Latina desde a sua fundação. Circulou pela primeira vez em 1.º de outubro de 1827 e teve uma participação decisiva na propaganda e na preparação do movimento que culminou na abdicação de D. Pedro I em 7 de abril de 1831,

¹ Dissertação de mestrado em desenvolvimento junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM) sob a orientação da Professora Dra. Celina Midori Murasse.

² Catani e Souza (2001); Araújo e Gatti Júnior (2002); Catani, Bastos (2002).

³ Há controvérsias quanto à classificação do jornal mais antigo. O *Diário de Pernambuco*, atualmente em circulação, foi fundado em 1825, mas fechou a porta algumas vezes, como em 1912 por uma tropa armada, a mando do então governador pernambucano, Emídio Dantas Barreto. Ficou um ano sem circular. (Ferreira, 2006, p.1).

revelando assim, segundo Sodré (1999) a sua influência e contribuição na construção social e política da nação brasileira, ao difundir valores e opiniões. Por isso o nosso interesse em estudar este periódico. Neste estudo, estabeleceu-se como limite temporal a primeira metade do século XIX, isto é, de 1827 até 1850.

Para Lacombe (1969, p. xxii) as pesquisas podem ser muito enriquecidas quando utilizam os periódicos como fontes. Gilberto Freyre foi pioneiro em dar um caráter científico a este tipo de pesquisa na conferência intitulada “O escravo nos anúncios de jornal do tempo do Império”, publicada em *Lanterna Verde*, em 1931.

A investigação em pauta pretende somar esforços com esses estudos. Pressupõe-se neste caso que a História da Educação está estreitamente atrelada à história dos homens. Embora o *Jornal do Commercio* não seja um periódico especializado em educação e ensino, o impresso registrou grande parte da vida do país. Assim, é possível que ele possa oferecer informações preciosas que auxiliem na compreensão da história educacional do Brasil.

Sodré (1999) considera imprescindível a compreensão das questões políticas, econômicas e sociais no início do século XIX para entender em que contexto se funda e desenvolve a imprensa nacional, pois o autor acredita que a história da imprensa e a história do desenvolvimento capitalista coincidem.

Nesse caso é importante considerar que o quadro econômico a partir do século XVIII, foi alterado pela Revolução Industrial na Inglaterra e seguido pelas revoluções burguesas (Independência dos Estados Unidos e Revolução Francesa), e provocaram mudanças em todas as nações marcando a passagem do capitalismo comercial para o capitalismo industrial, sob influência das idéias iluministas.

Por sua vez, o início do século XIX foi delineado pelas conquistas napoleônicas. A maior parte da Europa, neste período, estava sob o poder de Napoleão Bonaparte, que se tornou imperador da França em 1804. Contudo a Inglaterra, por seu poderio econômico e sua vasta extensão territorial, escapou ao domínio napoleônico e era considerada seu único obstáculo à expansão de seu Império. Então, para pressioná-la Napoleão decretou o bloqueio continental, no qual os países aliados à França ficaram proibidos de comercializar com a Inglaterra. Esse acordo, denominado de Tilsit, firmado com o czar Alexandre I, da

Rússia, em 1807, garantia o fechamento dos portos a extremo leste da Europa, mas faltava ainda o fechamento a oeste, ou seja, Lisboa e Porto. Todavia, o governo português, aliado do governo inglês, não possuía condições para lutar contra o domínio francês. Ficou assim, impedido de manter a política de neutralidade adotada até então, além de sentir-se ameaçado também pela Espanha, nação aliada de Bonaparte.

Nessas circunstâncias surgiu a idéia, já não tão nova⁴, de transferir a corte portuguesa para o Brasil, a colônia mais rica do Império lusitano. Essa medida recebeu o apoio da Inglaterra que, com os mercados europeus bloqueados, viu com satisfação a idéia de estender seu mercado na América. Em 1807, quando as tropas franco-espanholas invadiram a metrópole portuguesa, a família real já havia deixado as terras portuguesas rumo ao Brasil sob a proteção da Inglaterra. Porém, em troca do apoio recebido o governo português se comprometeu a adotar medidas que favoreceriam o desenvolvimento inglês e estas transformariam a vida no Brasil.

Em 1808 verificaram-se as principais medidas: abertura dos portos; liberação das atividades industriais; criação de instituições financeiras e bancárias, reativação do comércio e da agricultura de subsistência.

O campo intelectual foi remodelado para atender às necessidades da corte, acostumada à intensa vida urbana. No setor educacional, foram criados cursos destinados ao preparo de pessoal mais diversificado para atender às novas ocupações, isto é, a criação de cursos superiores para formar os profissionais necessários à inusitada condição do Império português. Na verdade, segundo Ribeiro (2003, p. 41) “[...] ‘cursos’ não dá idéia precisa, uma vez que, em verdade, muitos correspondiam a aulas, como as de economia, anatomia etc.”.

Essas medidas inauguraram uma nova fase no Brasil trazendo consigo a ampliação das atividades administrativas e novas camadas sociais provocando a urbanização da colônia. Esse desenvolvimento criou novas formas de relações entre a colônia e a metrópole e as conseqüências, segundo Ribeiro (2003) se verificaram na transformação estrutural da

⁴ No Brasil, no período de 1796 e 1807 verificou-se um momento de alta na economia o que faz com que o governo da metrópole adotasse medidas de revigoração da colônia, como o início da mineração e da siderurgia surgindo, pela primeira vez, a idéia de transferir a corte portuguesa para o Brasil.

colônia a qual de produtora-exportadora se tornou a produtora das próprias necessidades. O processo de emancipação pelo qual passou o Brasil nesse período e que culminou com a Independência se constitui como o marco do liberalismo.

Estes acontecimentos foram retratados na Imprensa Nacional, fundada em 1808, no Rio de Janeiro, para divulgar as informações oficiais do Poder Real e que somente em 1811 abriu espaço para os periódicos de iniciativa privada através da fundação do *A Idade do Ouro no Brasil*, publicado na Bahia. A partir daí inúmeros periódicos foram criados. Enquanto alguns tinham vida breve, outros se firmavam com discursos mais ideológicos que culturais com grande influência no polêmico processo de Independência. Renault (1969, p. 10) aponta o papel da imprensa naquela época:

[...] A imprensa abre outros horizontes à vida colonial. Ela vai ajudar a educação do povo, vai ser instrumento de lutas e reivindicações. Vai derrubar governos e instalar novos regimes. Vai ajudar a libertar os escravos; a implantar a República. Vai servir e desservir.

Com o retorno de D. João VI à Portugal, em 1821, devido à Revolução Constitucionalista iniciada na cidade do Porto no ano anterior, acelerou-se o processo pela autonomia política, que foi alcançada em 1822. A agitação política do momento sofreu grandes pressões por parte da imprensa que se utilizou da recém-adquirida abolição da censura prévia, conquistada pelo decreto de 2 de março de 1821. Neves (2002, p. 364) indica a missão da imprensa durante aquele processo:

Fonte de poder no mundo moderno, a imprensa periódica atuou na época da Independência, sobretudo, como **um instrumento de formação da opinião pública** num ambiente ainda asfixiado pelas tradições coloniais. [...] conferiu aos acontecimentos uma dimensão pública e criou uma arena própria para os conflitos de valores, interesses e idéias, traduzindo a diversificação e a complexificação por que passava a sociedade. Em termos culturais, serviu de veículo para parte importante da produção intelectual do país, tolhida pela fragilidade do mercado editorial. [grifos nossos]

O enfrentamento à oposição liberal, no entanto, fez diminuir consideravelmente o número de periódicos após a dissolução da Constituição de 1823. Os que se mantiveram com destaque, nesse período, foram os periódicos *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco* de Cipriano Barata e *Tífiis Pernambucano* de Frei Caneca com suas vertentes revolucionárias.

Após a Constituição de 1824, os debates políticos reiniciaram em 1826 e os periódicos se transformaram no principal veículo de oposição aos atos absolutistas de D. Pedro I. Já próximo ao momento de abdicação do Imperador em 1831, intensificou-se o volume de publicações e foram fundados os jornais *Diário de Pernambuco* e *Jornal do Commercio*, ainda hoje em circulação. Ambos procuravam evitar os embates políticos, conforme afirma Carvalho (1996):

[...] o império foi o período da história brasileira em que a imprensa foi mais livre. Havia o *Jornal de Comércio* e os jornais radicais. Mas não duravam muito, não constituíam poder independente do governo e da organização partidária. A maior parte estava vinculada a partidos ou a políticos e em alguns casos os próprios jornalistas eram políticos. O governo possuía seu jornal assim como a oposição. (CARVALHO, 1996, p. 46)

Pierre-René-François Plancher de la Noé, famoso na França por editar obras vinculadas ao pensamento iluminista, chegou ao Brasil em 1824 buscando proteger-se da perseguição sofrida após a queda de Napoleão. Passou por algumas situações embaraçosas com as autoridades locais, porém recebeu permissão para instalar aqui, seu comércio, de acordo com a publicação no *Diário do Governo*, em 9 de abril, por alguém que se assinava “O Amigo das Artes”, onde se lia:

[...] Plancher é uma das testemunhas que sobreviveram às calamidades da França e poderá ser mui útil nas nossas circunstâncias para abrir os olhos daqueles que desejarem reproduzir entre nós as mesmas cenas [...] dizem-me que ele vai começar os trabalhos da sua Tipografia por um enérgico Discurso aos Brasileiros em que lhes fará ver quanto devem ao bom gênio que os tem desviado dos precipícios em que a França se abismou, por não ter quem se opusesse às sua multiplicadas facções. (SANDRONI, 2006, p.270).

No ano de sua chegada Plancher fundou seu primeiro jornal *O Spectador Brasileiro* no qual manifestou agradecimento ao Imperador chamando-o de Grande Gênio. Contudo, influenciado pela “feição panfletária das folhas de seu tempo”, em maio de 1827 publicou uma carta onde fez a defesa do então ministro da guerra João Vieira Carvalho e gerou, assim, uma crise política por ofender os membros do Império. Plancher decidiu, então, encerrar a publicação do periódico.

Todavia, não conseguiu ficar muito tempo longe da imprensa e, em outubro desse mesmo ano, fundou o *Jornal do Commercio* (cópia do francês *Journal du Commerce*) com o objetivo de publicar para a área mercantil. O título foi estrategicamente escolhido, deixando explícito o seu propósito de somente lidar com as questões do comércio e não da política. Na primeira página de seu número inaugural explicou sua orientação editorial.

De hoje por diante continuará-se-há a publicação deste *JORNAL DO COMMERCIO*. Esta folha exclusivamente dedicada aos senhores Negociantes conterà diariamente tudo o que diz respeito ao Commercio, tanto em Anuncios, como em Preços Correntes exactos de Importação e Exportação, entrada e sahida de Embarcações, etc.

Entretanto, Plancher não se absteve das publicações que demonstravam seu desejo de participar da vida política e da história da recente nação, como se observa-no trecho a seguir:

A Nação Brasileira [...] não pode sem o mais vivo, sem o mais verdadeiro entusiasmo deixar de publicar sua gratidão, cobrindo de flores o Berço do Jovem Augusto, que na crize da regeneração das Monarquias e das Nações veio eleva-la à huma cathegoria já de muito tempo proporcionada com o estado phisico de suas forças e de seus recursos. [...]; no momento [...] em que a Nação Brasileira não tiver mais do que hum só modo de pensar, ver-se-hão os frutos da regeneração, que mudou e transformou a existência política do Brasil. Dicidamo-nos á ser o que devemos ser por huma sincera, e mutua cooperação com o Augusto Criador do Império; e saudemos com transportes de prazer o dia em que appareceo no Throno de Portugal Aquelle que devia erguer hum Throno no Brazil; reunão-se os nossos corações, e formem o monumento de nossa gratidão; [...] (*JORNAL DO COMMERCIO*, 12/10/1827).

Esse desejo de participação nas principais questões da época, fez com que, em julho de 1828, Plancher argumentando atender a inúmeras solicitações dedicasse parte do jornal para as questões políticas e alterou o título para *Jornal do Commercio, Folha Commercial e Política*.

A partir de então o periódico contou com a colaboração das mais importantes personalidades⁵ brasileiras, as quais registraram em suas páginas a interpretação da realidade em que viveram, entre elas Evaristo da Veiga antes de fundar o *Aurora*

⁵ Nomes ilustres do jornalismo, como o de Justiniano José da Rocha, José de Alencar, Guerra Junqueiro, Alcindo Guanabara, José de Maria da Silva Paranhos (Visconde do Rio Branco, autor em 1851 das *Cartas de Amigo Ausente*) entre outros, fizeram parte do rol de editores e colaboradores. São eles os responsáveis pela formação de credibilidade do *Jornal do Commercio*, no que diz respeito à informação comercial e política noticiada. (CHAMILETE, 1998).

Fluminense. O *Jornal do Commercio*, durante o Império, consolidou-se como um periódico regular, diferenciando-se assim da imprensa da época que se utilizava de panfletos, manifestos, entre outros. Apesar de ter efetuado críticas ao Imperador D. Pedro I, era considerado um jornal conservador e de direita.

Através de diversos anúncios que divulgavam a moda ou a cultura europeia, é possível perceber o caráter formativo desempenhado por este periódico. De acordo com Holanda (1997, p. 183) “[...] pelas suas classes dominantes, o nosso país era compelido a compor-se ao ritmo das idéias européias do tempo [...]”.

Para Rios Filho (2000) a tipografia oficial contribuiu valiosamente para a difusão das idéias francesas, imprimindo o pensamento europeu, principalmente o francês. Exponentes das ciências como Buffon, Lamarck e Curvier, da matemática como Lagrange e Legendre d’Alembert, da filosofia como Volney, alguns reformadores como Diderot e Rousseau, poetas como Moliere, Corneille e Lamartine, ainda outros nomes como La Fontaine, Rabelais e Montesquieu, são alguns exemplos de autores que permeavam a formação intelectual da recente nação, cujos escritos desfilavam nos anúncios do jornal.

Em 1829 o tumultuado Reinado de D. Pedro I enveredou por novos rumos. As disputas políticas e as revoltas locais contra o trono embaladas por um sentimento de nativismo aumentaram a preocupação em manter a ordem e conduziram Pedro I à abdicação. Naquele ano havia doze periódicos cujo número continuou a aumentar, assim como outras publicações, como os pasquins. Isto tinha uma justificativa:

“[...] aberta a luta pela abdicação [...] saem às ruas com linguagem mais contundente e apaixonada de que se tem notícia na história da nossa imprensa [...] quem se der ao trabalho de folhear um periódico político da época, sentir-se-á surpreso diante da virulência, quer no ataque ao governo monárquico quer na sua defesa” (RENAULT, 1969, p. 79)

A partir de 1830, com a notícia da abdicação de Carlos X na França e o restabelecimento da liberdade de imprensa, as idéias liberais anti-absolutistas foram revigoradas no Brasil. O *Jornal do Commercio*, juntamente com outros periódicos, apoiou em 1831, o movimento que exigiu a abdicação de D. Pedro I. O *Jornal* que pretendia superar o caráter efêmero dos periódicos da época, não só atingiu seu objetivo como desempenhou importante papel na formação e na educação da recente nação, participando da vida política bem como do

processo de construção do Estado imperial. Por meio de anúncios que divulgavam desde a moda até a cultura européia, ditava costumes, hábitos, leituras e posições ideológicas. Assim, o *Jornal do Commercio*, ora defendendo, ora criticando o governo, teve influente participação na formação do povo brasileiro.

Referências

AQUINO, Rubim Santos Leão; VIEIRA, Fernando Antônio da Costa; AGOSTINHO, Carlos Gilberto Werneck; ROEDEL, Hiran. **Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio (Orgs.). **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002.

CATANI, BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). **Educação em Revista: a imprensa periódica e a história da educação**. São Paulo: Escrituras, 2002.

CATANI, Denice Bárbara; SOUSA, Cynthia Pereira. A geração de instrumentos de pesquisa em História da Educação: estudos sobre revistas de ensino. In: VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lúcia Speedo. **Tópicos em História da Educação**. São Paulo: EDUSP, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro das sombras: a política imperial**. 2. ed. Ver. Rio de Janeiro: UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

CHAMILETE, José. **Jornal do Commercio desde 1827**. (Artigo produzido em jan/1998). Disponível em: <http://www.jornaldocomercio.com.br>. Acesso em: 23 abr. 2006.

FERREIRA, Gabriel. **A folha que nunca caiu**. Disponível em: <http://www.canaldaimprensa.com.br>. Acesso em: 23 abr. 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira**. 4. ed. São Paulo: Difel, 1985.

MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira**. São Paulo: Cultrix, Editora da Universidade de São Paulo, 1977.

NADAI, Elza; NEVES, Joana. **História do Brasil**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil: colônia e império**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

RENAULT, Delso. **O Rio antigo nos anúncios de jornais (1808-1850)**. Prefácios de Afonso Arinos de Mello Franco e Américo Jacobina Lacombe. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

RIBEIRO, M. L. S. **História da Educação brasileira: a organização escolar**. Campinas: Autores Associados, 2001.

RIOS FILHO, Adolfo Morales de los. **O Rio de Janeiro Imperial**. 2. ed. Prefácio de Alberto da Costa e Silva. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.